



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano dois mil e dezenove, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Oitava (8ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 22 de março de 2019. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antônio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citada Resolução, convidou o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Ato contínuo, a sessão foi suspensa, às 18h39, para cumprimento do disposto, no *Requerimento n° 506/2018*, de iniciativa dos *Vereadores Marcos Antônio Franco e Maria Helena Scudeler de Barros, que solicitou homenagem especial, para a Associação Atlética Tucureense, pelo transcurso dos 100 anos de sua fundação*. Finda a homenagem, a sessão foi reaberta, às 19h24, e o senhor Presidente, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", submeteu à apreciação do Plenário a atas da Vigésima Sétima (27ª) sessão ordinária, do segundo ano da décima terceira legislatura, realizada, em 03 de setembro de 2018, da Quinta (5ª) e Sexta (6ª) sessões ordinárias, realizadas ambas, em 11 de março de 2019, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei n° 24, de 2019, de autoria do Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, “dispondo sobre a alteração do Artigo 11, da Lei Ordinária n° 5.790, de 23 de junho de 2016, que dispôs sobre a organização das Feiras Livres e do Produtor do Município de Mogi Mirim”; (ao exame das comissões permanentes); 2. Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de janeiro de 2019”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento N° 135/2019 - Assunto: REQUEIRO CONVOCAR O SR. OLIVEIRA PEREIRA DA COSTA, DD. SECRETÁRIO DE FINANÇAS E A SENHORA DRA. ADRIANA DE OLIVEIRA TAVARES DD. SECRETÁRIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS, PARA QUE COMPAREÇAM A SESSÃO ORDINÁRIA DESTA CASA DE LEIS NO DIA 1º DE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ABRIL DE 2019 (SEGUNDA-FEIRA) ÀS 18H30 PARA PRESTAREM INFORMAÇÕES SOBRE A DIVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO E A POSSIBILIDADE DA ABERTURA DE UM NOVO REFIS AINDA ESSE ANO DE 2019. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento N° 156/2019 - Assunto: REQUEIRO REALIZAÇÃO DE AUDIENCIA PUBLICA NO DIA 17 DE ABRIL AS 17H30 NO PLENARIO DA CAMARA PARA DISCUSSÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI QUE DISPOE SOBRE A GESTÃO COMPARTILHADA NAS PRAÇAS PUBLICAS Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento N° 157/2019 - Assunto: REITERO AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL ESTUDOS, CONFORME JÁ REQUERIDO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO 660/2017 PARA QUE SE ESTENDA A ISENÇÃO DE IPTU AOS PRÉDIOS LOCADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CIVIS, BEM COMO QUE AGILIZE A DOAÇÃO DE ÁREA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVA SEDE PARA A ASSOCIAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIENCIA DE MOGI MIRIM (APD). Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento N° 158/2019 - Assunto: REQUEIRO AO PODER EXECUTIVO QUE MANTENHA DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA TODOS OS CONSELHOS MUNICIPAIS ATIVOS, DATAS E LOCAIS DE REUNIÕES, DA MESMA FORMA O PODER LEGISLATIVO NA DIVULGAÇÃO DAS AUDIENCIAS PUBLICAS PARA A PARTICIPAÇÃO DE TODA A SOCIEDADE. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento N° 159/2019 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DO MUNICÍPIO RECEBER A CESSÃO DO IMÓVEL DO PSF PITEIRAS E REALIZAR MELHORIAS NO LOCAL PARA ATENDER DIGNAMENTE OS SERVIDORES E PACIENTES DA ZONA RURAL. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento N° 161/2019 - Assunto: REQUEIRO AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO QUE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

REALIZE ESTUDOS PARA AQUISIÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA A SEREM INSTALADOS JUNTO AO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO EM CASO DE FALTA DE ENERGIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 162/2019 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS COMPETENTES EM ESPECIAL A SECRETARIA DE SAÚDE, INFORMAÇÕES SOBRE O RETORNO DO FORNECIMENTO DA LINHA INTERMUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO COM DESTINO A SÃO PAULO. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 163/2019 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO CARLOS NELSON BUENO PARA QUE JUNTO ÀS SECRETARIAS E ÓRGÃOS COMPETENTES, TOME PROVIDÊNCIAS QUANTO AO SOM ALTO, VANDALISMO, CONSUMO DE DROGAS ENTRE OUTROS PROBLEMAS CONSTATADOS NO COMPLEXO DO LAVAPÉS. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 164/2019 - Assunto: Requer ao Exmo Sr. Prefeito Municipal Arquiteto Carlos Nelson Bueno que, através da Secretaria competente forneça informações sobre as condições do prédio, acervo e atendimento à população da Biblioteca de Martim Francisco. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 165/2019 - Assunto: Requer ao Exmo Sr. Prefeito Municipal Arquiteto Carlos Nelson Bueno que, através da Secretaria competente informe qual o percentual de Habitações de Interesse Social e se as referidas Habitações estão incluídas no Plano Diretor de Mogi Mirim conforme Lei nº 11.124/2005. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 166/2019 - Assunto: REQUEIRO SEJA OFICIADO A VIVO TELECOMUNICAÇÕES A SUBSTITUIÇÃO OU MANUTENÇÃO DOS TELEFONES PÚBLICOS (ORELHÃO), LOCALIZADOS NA PRAÇA RUI BARBOSA, NESTA CIDADE. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Requerimento Nº 167/2019 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Arquiteto Carlos Nelson Bueno que, através da Secretaria competente encaminhe cópia das plantas das Moradias de Interesse Social, conforme Projeto de Lei nº 021/2019 Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 170/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO Nº464/2018 AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, PARA QUE SEJA REALIZADA A MELHORIA NA SINALIZAÇÃO DE TRANSITO BEM COMO A INSTALAÇÃO DE CATADIÓPTRICO PARA A INDICAÇÃO DOS LIMITES DE TRÁFEGO NA RUA ISMAEL ANTÔNIO PILLA, CHÁCARA SOL NASCENTE, MOGI MIRIM/SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 171/2019 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº 467/2018 AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, PARA QUE SEJA REALIZADA A PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE SOLO NA ENTRADA DO PARQUE INDUSTRIAL II, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 172/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO Nº468/2018 AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, A INSTALAÇÃO DE PONTO DE ÔNIBUS PARA OS ESTUDANTES DA CHÁCARA SOL NASCENTE, MOGI MIRIM/SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 173/2019 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº469/2018 AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, PARA QUE SEJAM INSTALADOS RADAR E SINALIZAÇÃO DE TRANSITO EM TODA EXTENSÃO DA RUA ANTÔNIO MORENO PEREZ, JARDIM MARIA BEATRIZ, MOGI MIRIM – SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 174/2019 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº472/2018 SOLICITANDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, PARA QUE SEJA REALIZADA A INSTALAÇÃO DE PLACA “RUA SEM SAÍDA”, NA RUA LUIZ BENEDITO SILVEIRA BRITO, JARDIM MARIA BEATRIZ, MOGI MIRIM - SP. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Requerimento Nº 175/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Arquiteto Carlos Nelson Bueno que, através da Secretaria competente informe se foram realizadas vistorias e quais as providências que estão sendo tomadas referente às reclamações estruturais em um imóvel da CDHU. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 176/2019 - Assunto: Reitera ao Excelentíssimo Prefeito, Carlos Nelson Bueno, o atendimento das indicações nº 1254/2017 e 947/2018, para que seja realizado com urgência estudos técnicos viabilizando a melhoria do trânsito na Rua Aristides Trentin esquina com a Rua Elói de Freitas, com instalação de placas informativas de pare e sinalização de solo. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 177/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO Nº 196 DE 2019, EM QUE SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA SAÍDA 161- A DA SP-340 PISTA NORTE, QUE ACESSA A RUA SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 312/2019 - Assunto: SOLICITO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE DETERMINE A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NA AVENIDA DA SAÚDE, COM INÍCIO NO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CENTRO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO ATÉ O SEU FINAL DO ANTIGO AERoclUBE. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 316/2019 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, realize serviços paliativos para permitir a entrada e saída de veículos de suas residências até que ocorra o recapeamento em toda extensão do bairro “Murayama I”. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 317/2019 - Assunto: SOLICITO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, REALIZE A COLETA DO LIXO DOMESTICO NAS PROPRIEDADES DA RODOVIA DOS AGRICULTORES. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 318/2019 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, REALIZE SERVIÇOS E OBRAS DE “TAPA BURACOS OU RECAPEAMENTOS” EM TODA EXTENSÃO DA RODOVIA DOS AGRICULTORES, DIANTE DE INÚMERAS RECLAMAÇÕES FEITAS PELOS MUNÍCIPIES, USUARIOS E MORADORES DA REGIÃO. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 319/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feita manutenção nos postes de iluminação e limpeza da quadra poliesportiva localizada na Praça da Rua Belmiro Finazzi, Jardim Planalto. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 320/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feita limpeza e corte de mato na Rua Professora Helena Romanelo de Campos, em frente ao número 365, Jardim Patrícia. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 322/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feita manutenção nos postes de iluminação da Rua Prof. Antônio Galvão Cotrim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Centro. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 323/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feita poda e verificação de “saúde” da árvore localizada na Rua Professor Gastão de Freitas Almada, próxima ao número 131, Centro. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 324/2019 - Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, colocação de placa de identificação em logradouro público. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 325/2019 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, PARA QUE EFETUE A PINTURA DA FAIXA DE PEDESTRES E DA SINALIZAÇÃO DA RAMPA DE ACESSO EM FRENTE A IGREJA EVANGÉLICA, LOCALIZADA NA RUA MINISTRO CUNHA CANTO, NA ALTURA DO Nº 1016. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 326/2019 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE EFETUE A TROCA DE LÂMPADAS QUEIMADAS NA RUA EQUADOR, ALTURA DOS NÚMEROS 147 E 157, BAIRRO VILA DIAS. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 327/2019 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie a troca de lâmpada na Avenida Luiz Gonzaga de Amoedo Campos Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 329/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da Secretaria de Saúde, para que sejam feitos reparos gerais na UBS Doutor Antônio Albejante, Mogi Mirim II. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 330/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NO BUEIRO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

LOCALIZADO NA RUA CAMPO GRANDE. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 331/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NA RUA FRANCISCO FERRETTI, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 332/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NA RUA CORNÉLIO PIRES NO JARDIM FLAMBOYANT. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 333/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA E REVITALIZAÇÃO NA PRAÇA DR. FRANÇA CAMARGO, NO JARDIM PRIMAVERA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 334/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE REALIZE MELHORIAS NO ESCOAMENTO DE ÁGUA NA ESTRADA DE SERVIDÃO QUE PASSA AO LADO DA PEDREIRA DEGRAVA SENTIDO JARDIM PATRÍCIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 335/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, NOVA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO NA ESQUINA DA RUA FIRMINO WHITAKER COM A RUA PAISSANDU - CENTRO. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 336/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, REPARO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO NA ESQUINA DA AV. DR. JORGE TIBIRIÇÁ COM A RUA PADRE JOSÉ - CENTRO. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 339/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA GOIÁS,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 340/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO DA PISTA, LIMPEZA E ROÇAGEM DO MATO NAS ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DO AEROPORTO MUNICIPAL DE MOGI MIRIM. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 341/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA BENEDITO APARECIDO TAVARES, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 342/2019 Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA CORNÉLIO PIRES, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM FLAMBOYANT. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 343/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JOÃO MANTOVANI, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA ANA. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 344/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVO REDUTOR DE VELOCIDADE NA RUA SÃO LAZARO, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 345/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, PODA E LIMPEZA DA VEGETAÇÃO ARBÓREA EM AMBOS OS LADOS DA ESTRADA MUNICIPAL RURAL MMR-266. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 346/2019 - Assunto: SOLICITO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, PODA E LIMPEZA DA VEGETAÇÃO ARBÓREA EM AMBOS OS LADOS DA ESTRADA MUNICIPAL RURAL PONTE ALTA (MMR-263). Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 347/2019 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETARIA COMPETENTE, REALIZE SERVIÇOS E OBRAS DE MANUTENÇÃO NA RUA MARIA CONCEIÇÃO ZANI ALVES, NA CHÁCARAS SÃO MARCELO, DIANTE DE INÚMERAS RECLAMAÇÕES FEITAS PELOS MUNÍCIPIES, USUARIOS E MORADORES DA REGIÃO. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 348/2019 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETARIA COMPETENTE ESTUDE A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DO SALÁRIO BASE DOS ADVOGADOS DO SAAE COM OS ADVOGADOS DA PREFEITURA. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 34/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR COM UM “MINUTO DE SILÊNCIO” PELO FALECIMENTO DA SENHORA NERCY CAVALHEIRO MARIOTONI OCORRIDO NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2019 EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 41/2019 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA DE MOGI MIRIM E A DIOCESE DE AMPARO PELA REALIZAÇÃO DO RETIRO “VEM LOUVAR”. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 42/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO PASTOR JOÃO CARLOS MOCELINI, OCORRIDO NO DIA 08 DE MARÇO DE 2019. Aatoria: MOACIR GENUARIO, TIAGO CÉSAR



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

COSTA. Moção Nº 43/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA VERA LUCIA RODRIGUES DE PAULA, OCORRIDO DIA 11 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 44/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR NILTON GUARNIERI, OCORRIDO DIA 10 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 45/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA AMABILE NAZARETH BARBOSA PILLA, OCORRIDO DIA 14 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 46/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA IGNES ALVES ZANI, OCORRIDO DIA 17 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 47/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSE WILSON RODRIGUES, OCORRIDO DIA 17 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 48/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ETELVINO MELLO, OCORRIDO DIA 20 DE MARÇO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 49/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR COM UM “MINUTO DE SILÊNCIO” PELO FALECIMENTO DO FREI ANTONIO ALVES DA COSTA. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 50/2019 - Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento do Sr. Gerson Luiz Rossi, ocorrido em 11 de março de 2019. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Moção Nº 51/2019 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS À ORQUESTRA MOJIMIRIANA DE VIOLA CAIPIRA PELA APRESENTAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AOS 15 ANOS DE EXISTÊNCIA, OCORRIDA NO CENTRO CULTURAL DE MOGI MIRIM NO DIA 23 DE MARÇO. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 52/2019 - Assunto:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS PARA A EMPRESA CORTEVA AGRISCIENCE, PELO EVENTO PORTAS ABERTAS, REALIZADO EM 22 DE MARÇO DE 2019. Autoria: JORGE SETOGUCHI. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 004, 005, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 352, 363, 364, 365, 366, datados de 28 de fevereiro, 1º, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22 de março de 2019, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação n.º 1017/2018; Requerimento n.º 122/2019; Indicação n.º 953/2017; Requerimento n.º 496/2017; Indicação n.º 435/2018; Indicação n.º 1318/2018; Requerimento n.º 499/2018; Indicação n.º 1220/2018; Requerimento n.º 500/2018; Requerimento n.º 497/2018; Indicação n.º 1271/2018; Requerimento n.º 514/2018; Requerimento n.º 536/2018; Requerimento n.º 543/2018; Indicação n.º 787/2018; Indicação n.º 1400/2017; Indicação n.º 173/2019; Requerimento n.º 101/2019; Requerimento n.º 026/2019; Requerimento n.º 018/2019; Indicação n.º 024/2019; Requerimento n.º 050/2019; Indicação n.º 035/2019; Indicação n.º 046/2019; Requerimento n.º 450/2018; Indicação n.º 010/2019; Indicação n.º 014/2019; Indicação n.º 025/2019; Indicação n.º 054/2019; Requerimento n.º 075/2019; Indicação n.º 146/2019; Indicação n.º 147/2019; Indicação n.º 148/2019; Indicação n.º 152/2019; Requerimento n.º 095/2019; Indicação n.º 171/2019; Indicação n.º 172/2019; Requerimento n.º 096/2019; Indicação n.º 175/2019; Indicação n.º 191/2019; Indicação n.º 079/2019; Indicação n.º 040/2019; Requerimento n.º 063/2019; Requerimento n.º 089/2019; Requerimento n.º



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

020/2019; Indicação nº 239/2019; Indicação nº 054/2017; Indicação nº 116/2019; Indicação nº 012/2019; Indicação nº 188/2019; Requerimento nº 082/2019; Requerimento nº 083/2019; Requerimento nº 091/2019; Indicação nº 036/2019; Requerimento nº 064/2019; Requerimento nº 098/2019; Indicação nº 501/2017; Indicação nº 1028/2018; Indicação nº 262/2018; Indicação nº 265/2018; Indicação nº 328/2018; Indicação nº 817/2018; Indicação nº 445/2018; Indicação nº 392/2018; Requerimento nº 281/2018; Requerimento nº 282/2018; Indicação nº 1187/2018; Requerimento nº 503/2018; Requerimento nº 125/2019; Requerimento nº 126/2019; Indicação nº 004/2019; Indicação nº 232/2019; Requerimento nº 016/2019; Requerimento nº 109/2019; Requerimento nº 110/2019; Indicação nº 121/2019; Indicação nº 073/2019; Requerimento nº 330/2018; Requerimento nº 039/2019; Indicação nº 120/2019; Indicação nº 097/2019; Requerimento nº 116/2019; Indicação nº 053/2019; Requerimento nº 085/2019; Requerimento nº 176/2019; Requerimento nº 092/2019; Indicação nº 963/2018; Indicação nº 153/2019; Indicação nº 019/2019; Requerimento nº 056/2019; Requerimento nº 060/2019; Requerimento nº 144/2019, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); Ofício TCSP, datado de 13 de março de 2019, subscrito pelo Sr. Vanderlei Marçola, Diretor Técnico de Divisão do TCSP – Mogi Guaçu, “convidando para o 23º Ciclo de Debates, com agentes políticos e dirigentes municipais, em Mogi Guaçu”; (arquive-se); Ofício circular, datado de 29 de janeiro de 2019, subscrito pelo senhor Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional de Municípios, “convidando para XXII Marcha à Brasília, em defesa dos municípios, de 8 a 11 de abril de 2019”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. O primeiro inscrito foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agradeceu aos pares a compreensão e o apoio de todos, durante os quarenta dias, em que estivera ausente, da Câmara, primeiramente, em virtude de cirurgia, e depois, em virtude do falecimento de seu pai, bem como, agradeceu ao Presidente Manoel Palomino, pelo Minuto de Silêncio, indicado e guardado, pela Casa. Agradeceu a todos, pelo apoio empenhado, no período. Depois, destacou minuta de projeto de lei, encaminhada, por requerimento, ao Poder Executivo, também, no requerimento, solicitando audiência pública, para o dia 17 abril de abril de 2019. Explicou, que, há anos, observava a dificuldade enorme da prefeitura, para a manutenção de suas praças públicas; que, em razão disso, cada vez mais, viam-se iniciativas da comunidade, para adotar praças e canteiros, tais como, por exemplo, o Jardim Murayama, o Parque do Estado II e o Jardim Flamboyant; que a minuta de projeto propunha ações cooperadas, entre o poder público e a comunidade; que ele tinha elaborado minuta de projeto, adaptada de lei de outra cidade, para que o Executivo analisasse, haja vista que ele, vereador, não poderia apresentar projeto relativo ao assunto, por vício de iniciativa, apenas poderia o Chefe do Poder Executivo, que ele convidava a todos, para a audiência, no dia 17 de abril de 2019, ocasião, em que seria discutida a minuta, e que, esta era oportunidade de criar uma relação sadia, entre a comunidade e o poder público, para cuidado de praças públicas e áreas verdes. O vereador solicitou ainda, ao Poder Executivo, o retorno dos passes distribuídos aos pacientes da rede, os quais se dirigiam a São Paulo, para consultas e tratamentos, e aclarou, que a Secretaria de Saúde fazia o transporte intermunicipal de pacientes, com transporte próprio e com terceirizado; que, antigamente, a prefeitura adquiria passes de ônibus intermunicipais, tais como, para Campinas e São Paulo; que a distribuição de tais passes era feita, por triagem, e tinham existidos abusos, mas o vereador acreditava, que se houvesse critérios técnicos, a compra dos passes seria muito útil, para auxiliar o transporte intermunicipal de pacientes, trazendo menos transtornos a certos pacientes específicos, os quais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

permaneciam, por horas, aguardando o transporte da prefeitura, para retorno a Mogi Mirim, que a compra de passes tinha cessado, ele trazia a proposta, da retomada da compra dos passes, ele tinha conversado, com técnicos do setor de transporte, da Secretaria da Saúde, e que, ficava, então, o pedido ao Poder Executivo, para reestudo e possibilidades, principalmente, para os pacientes, que se dirigiam a São Paulo. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. De início, ele parabenizou à Associação Atlética Tucureense, pelos 100 anos de sua fundação. Depois, falou sobre a Rodovia dos Agricultores e esclareceu que, depois das chuvas, enquanto não se fazia recapeamento, na rodovia, seria necessária uma operação tapa-buracos, para sua manutenção, porque os agricultores precisavam, realmente. Lembrou, ao poder público, que o acostamento possuía desnível grande, de aproximadamente, vinte centímetros, em relação à pista, sendo algo muito perigoso, para quem nela trafegava, portanto, ele esperava que a prefeitura conseguisse, em breve, fazer um trabalho na rodovia e no acostamento, pois era um pedido, de há tempos, feito, pelos agricultores. Na sequência, abordou problema relativo à Igreja São Lázaro, localizada, no Bairro Tucura, e explicou que, ao lado da igreja, ficava a Rua São Lázaro, que detinha tráfego intenso de veículos, os quais transitavam, em velocidade alta, e, quando havia missas, os moradores ficavam preocupados, pois a rua tornava-se perigosa, que os munícipes frequentadores da missa estavam solicitando um redutor de velocidade, na Rua São Lázaro, portanto, ele fizera indicação, a qual fora aprovada, pelos pares, e ele tinha certeza, que a prefeitura iria olhar a situação, com bons olhos. Citou também, solicitação, para a estrada rural Ponte Alta, MMR 263, e uma sua derivada, a MMR266, porque ambas estavam com vegetação de beira da estrada alta, causando fechamento da estrada, dificultando assim, a passagem simultânea de dois veículos, e que, ele pedia providências, à prefeitura, de poda da vegetação, pois a estrada estava sem manutenção, por muito tempo. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. O Vereador,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desde logo, cumprimentou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, pela tramitação, no Congresso Nacional, de projeto de lei, proposto pelo Senador Rogério Carvalho, para futura lei, que levaria o nome de sua filha, Amália Barros, objetivando o custeio do tratamento de monolares, pelo SUS. Na sequência, citou o Requerimento nº 157/2019, do Vereador Gérson Rossi, através do qual o edil pepeesista solicitava agilidade, para doação de área, para a construção de nova sede, para a Associação da Pessoa com Deficiência de Mogi Mirim – APD. Relatou, que o assessor do Vereador Gérson, Clodomar Tavares, o Presidente da APD e ele, orador, tinham participado de uma reunião, no gabinete do prefeito; que havia promessa e um trabalho estava sendo feito, em Brasília, para a doação da área à associação, através da então deputada Mara Gabrielli; que ele, orador, quando da reunião, no gabinete, tinha solicitado a construção da sede, mas, ele registrava, que a APD não possuía terreno próprio, apenas detinha documento de promessa de doação de área, área de dois mil e quinhentos metros quadrados, a qual já fora discutida e acertada, faltando apenas o prefeito remeter o projeto de lei, para a Câmara, objetivando a doação, e que, ele tinha certeza, que tudo daria certo. Depois, relatou ida a Brasília, com a Frente Patriota, do Partido Patriota, do qual ele fazia parte, para requerer quinhentos mil reais, em verbas, para Mogi Mirim; que, nesta viagem, também, o Vereador Cristiano Gaioto e ele tinham protocolado vários pedidos, para a cidade, além da citada solicitação de verba, porém, o alvo da viagem tinha sido captação de verba, para a Santa Casa, verbas também, para construção de hospital público municipal, junto ao Senador Serra; que eles tinham conversado, com vários deputados, sobre a Santa Casa; que, em Brasília, havia uma comissão, uma Frente Parlamentar, que discutia, exclusivamente, a questão das santas casas do Brasil; que seria programada agenda, para que o prefeito de Mogi Mirim fosse ouvido, pela Frente Parlamentar das Santas Casas; que ele estava elaborando relatório sobre a situação da Santa Casa de Mogi Mirim, para apresentar à frente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parlamentar, bem como, o acompanhariam até Brasília, membros da administração da Santa Casa, que ele tinha visto, na rede social, a manifestação do prefeito acerca da construção de um hospital municipal, e que, esta ideia tinha que ser debatida, estudada, era necessário o diálogo do prefeito, com os vereadores, porque, certamente, a construção do hospital traria impacto, ao orçamento do município, além da demanda de tempo, para sua edificação, com apenas verbas municipais. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele, desde logo, registrou os 100 anos de fundação da A.A. Tucureense, cumprimentou os membros da agremiação, os quais estavam presentes, nas galerias, e falou que a data merecia ser lembrada, bem como, agradeceu também, ao seu assessor, jornalista Nelson Victal do Prado Júnior, pelo trabalho de excelência, que ele fazia, e pela organização da singela homenagem, que tinha sido feita, no início da sessão, em curso. Ato contínuo, versou sobre as dificuldades, que os loteadores estavam encontrando, para darem continuidade aos seus empreendimentos imobiliários, e acentuou, que esta situação estava acarretando prejuízos, para a sociedade mogimiriana, que insistentemente o cobrava, para saber, quando viriam novas casas populares; que havia interesse do Poder Executivo, em impedir, aos empresários, que dessem continuidade aos seus empreendimentos, e ele agradeceu à Vereadora Maria Helena, aos Vereadores Moacir e Tiago, pela oportunidade de terem feito reuniões, conjuntas, sobre o assunto, ele lhes agradecia, porque estava aprendendo muito, com os colegas, bem como, pelo voto de confiança a ele concedido; que os cidadãos lhe perguntavam, o que estava acontecendo, perguntavam, se a administração iria trazer casas populares, no que ele sempre lhes respondia, que não, não, no atual governo de Carlos Nelson Bueno; que ele pedia aos edis Tiago e Maria Helena, que completassem a fala sobre os loteamentos; que os vereadores tinham provas vivas, do que vinha acontecendo, em Mogi Mirim, e era algo inacreditável; que os munícipes tinham votado e confiado, na palavra do prefeito; que os munícipes mereciam a dignidade da casa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

própria e citou a inauguração da unidade local da rede de lojas Havan, quando o dono da cadeia de lojas, Luciano Hang, discursara, relativamente, à dignidade e ao trabalho, ocasião, em que Luciano perguntara a uma sua funcionária, por que ela estava chorando, quando, então, se soubera, que a moça estava chorando, porque tinha conseguido um emprego, que lhe traria a dignidade; que, se a funcionária chorava de alegria, por ter conseguido um emprego, o vereador imaginava, o quanto mais ela choraria de alegria, se tivesse a casa própria; que ele esperava mais carinho de Carlos Nelson Bueno, ao povo, Carlos Nelson Bueno tinha que viver as dificuldades do povo; que ele, orador, estava “de saco cheio”, de ver político, prometendo aquilo que não iria cumprir, pois político parecia cigarra, só surgia, no verão, uma vez, por ano, que o político surgia, na casa, do pobre, para pedir seu voto, iludindo-o, pois o pobre não tinha astúcia, para saber, que o “canalha” estava lá, na sua casa, apenas para conseguir o voto, voltando o mesmo “canalha”, depois de passados quatro anos, para, novamente, pedir o voto do pobre, e que, os políticos, que não cumpriam as promessas feitas, aos pobres, eram um “bando de canalhas”, vagabundos. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela agradeceu a manifestação do Vereador Luís Roberto Tavares acerca do projeto de lei, que levava o nome de sua filha, Amália Barros, o qual teria um caminho enorme, de trâmite, para ser percorrido, no Senado Federal. Depois, pediu a atenção de todos, especialmente, a do Vereador Gérson Rossi Júnior, para o Decreto de Anulação de Ato Administrativo de Aprovação de Loteamentos, que, há tempos, tinha sido afixado, pelo prefeito. Afirmou, que o grupo de vereadores opositoristas, do qual fazia parte, tinha se reunido, com mais dois grupos de empreendedores, e era muito triste a situação, porque o prefeito, que não era técnico, e sim, arquiteto, porém, tinha uma equipe que fazia o que ele queria, tinha afixado o decreto; que o grupo de vereadores opositoristas estava escutando a estória de cada um dos empreendedores, uns, aguardando a aprovação de seus empreendimentos, há dez anos, outros,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aguardando, há quatro anos, todos esperando a aprovação da prefeitura, que nada decidia, apenas fazia o cancelamento de certidões; que o grupo havia chegado à conclusão, de que o prefeito não era isento, sua equipe não era isenta, o prefeito não dialogava com os empreendedores, fazia o que bem queria, na hora que bem queria; que a manifestação do Vereador Marcos tinha sido justa, porque havia um empreendimento, um grande programa habitacional popular, que estava “na geladeira”, porque o prefeito desejava, que continuasse, “na geladeira”, e não se encontrava outra justificativa, para a demora, na aprovação; que o grupo de vereadores ficara, por mais de quatro horas, escutando os empreendedores, e todas as negativas da prefeitura eram sem objetividade, as atitudes da administração - secretário e de parte do setor de planejamento eram incoerentes; que o grupo de vereadores sabia muito bem, o que desejava o prefeito Carlos Nelson Bueno; que, na data, seu celular tinha se apagado e ela não pudera ouvir uma manifestação de Carlos Nelson Bueno sobre o novo hospital a ser construído, na área do antigo aeroclube, no Bairro Santa Cruz; que, no dia anterior, o Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, transferira, para o Governo do Estado, 19 hospitais municipais, sendo 15, de pronto-atendimento, porque o gestor entendia que, para casos de alta e média complexidade, segundo a LOM de SP, o governo estadual tinha que ser parceiro, o gestor entendia, que a prefeitura de São Paulo tinha que se responsabilizar, em dar atenção primária e ambulatorial especializada; que Mogi Mirim não tinha nada, nem pronto-socorro, nem postinho decente, logo, como podia o prefeito falar, em hospital municipal público?; que havia a Santa Casa e dever-se-ia investir, na Santa Casa, retirar a hipocrisia, de ambos os lados, e investir, no único hospital da cidade, que o prefeito vivia, na dúvida, não sabia se comprava bicicleta, ou se casava, e sua ideia de construir o hospital municipal, em Mogi Mirim, quando se tinha a Santa Casa, era inaceitável e que, dever-se-ia investir recursos, no único hospital da cidade, a Santa Casa. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Inicialmente, ele parabenizou “a Nação Tucureense”, pelo transcurso dos 100 anos de fundação da agremiação esportiva, e se congratulou, com o Vereador Marcos Gaúcho, pela homenagem proposta, embora ele, orador, tenha sentido a ausência do grande Sinésio Zanetti, reconhecido jogador da agremiação, campeão, pela Tucureense, em 1975, em 1976, baluarte do time, destaque, do futebol amador da cidade, o qual tinha falecido, no dia anterior, deixando saudades, nos corações de todos. Depois, versou sobre as estradas rurais e salientou, que o Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, só sabia responder, quando inquirido sobre a problemática das estradas, que estava dando atenção “às prioridades”. O vereador reclamou do estado de conservação das ruas de terra do Parque das Laranjeiras, estrada do Mato Dentro, do Sol Nascente, Paiol de Telhas, Mogiano e perguntou, onde estavam as prioridades do secretário? Destacou, que, em apenas três dias, seria possível resolver o problema, numa localidade, e seguir, com a máquina patrol, para outro ponto crítico do município; que a situação das ruas do Parque das Laranjeiras estava caótica, intransitável, grande quantidade de buracos e tudo isso trazia prejuízo, aos munícipes, pois os veículos de passeio quebravam, pneus estouravam, escapamentos se soltavam, e não se via o empenho do Secretário Valdir Biazotto, que os pedidos feitos, pelo Vereador Orivaldo Magalhães, através de requerimento, para as chácaras Sol Nascente, já tinham sido requeridos pelo orador, Vereador Moacir, há três anos, e as coisas precisavam ser resolvidas, e que, a chuva tinha cessado, então, era necessário socorrer as estradas rurais, imediatamente, resolver a problemática, resolvê-la, ao menos, de modo paliativo, para que fosse possível trafegar, pelas estradas rurais e ruas de terra, no município. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Como líder de governo, o vereador fez leitura de carta resposta à proposta, que a Santa Casa tinha feito, ao governo municipal, à prefeitura de Mogi Mirim, assim redigida: “À Irmandade da Santa Casa de Mogi Mirim. Ilmos. Senhores. Respeitosamente, comunicamos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nossa decisão de encerrar qualquer tratativa, no sentido de assumirmos a administração do hospital, seja por acordo, seja por intervenção. No primeiro caso, a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, com enorme sacrifício da atual gestão e da população, penalizada pela má qualidade dos serviços públicos, por carência de recursos financeiros, está, financeiramente, recuperada, motivo, pelo qual, não podemos, nesta hipótese, colocá-la, em risco de retrocesso organizacional e econômico. O poder público municipal tem a função de gerir os recursos arrecadados, colocando-os exclusivamente, a serviço do bem-estar da população, sobretudo, no que tange à saúde. A prefeitura não tem autorização legal e nem política, para usar esses recursos, em pagamento de dívidas de terceiros. Nesta hipótese, correríamos o risco de quebrar as duas entidades, em detrimento da população. No segundo caso, com nossa intervenção, estaríamos sinalizando o compromisso de salvar o hospital, face o vulto de sua dívida, que hoje aponta, entre 50 e 60 milhões de reais, e a desordem administrativa. Descartamos tal hipótese, pois não temos nenhuma ilusão de sucesso, adotando essa medida intervencionista. Entendemos que intervenção, no estágio atual, teria apenas o objetivo de avaliar as graves questões internas (administrativas, financeiras e contábeis) e suas consequências legais. Não sendo este o papel da prefeitura, mas sim, o de priorizar o atendimento da população, seja lá, por qual meio for, e não atuar, para recuperação de uma instituição privada, salvo, se a intervenção for judicialmente determinada, mas, apenas, no que se refere aos serviços de saúde. Esperamos ter sido entendidos, mas, ao mesmo tempo, tão perplexos, como consternados, pelo lamentável estágio a que chegamos, subscrevemo-nos, com a observância da cordialidade e do respeito, de que toda a pessoa tem direito de exigir. Mogi Mirim, 25 de março de 2019. Carlos Nelson Bueno, Prefeito Municipal”. Após a leitura, o vereador afirmou, que não conseguia compreender, como poderia a prefeitura colocar dinheiro, numa instituição falida, como era a Santa Casa, ou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

como poderia a prefeitura fazer repasses financeiros à Santa Casa, pois, se o Tribunal de Contas – TC estava apontando irregularidades e, caso o prefeito fizesse os repasses, corria-se o risco de improbidade administrativa; que o prefeito queria ver a saúde de Mogi Mirim caminhar, “de vento em popa”, o prefeito estava tratando, com responsabilidade, a situação e a dívida do hospital, de mais de 51 milhões de reais, tinha sido adquirida, pelos administradores imperitos, irresponsáveis e imprudentes da Santa Casa, os quais tinham contratado mais de 15 milhões, em financiamentos, logo, era impossível a ele defender isso, e, quando ele recebera a nota do prefeito, dizendo, que iria construir um hospital municipal, por Mogi Mirim, ele, orador, tinha soltado fogos de artifício espirituais, porque a situação da Santa Casa era irrecuperável, e dar dinheiro público à Santa Casa era punir a população de Mogi Mirim, lamentavelmente, e que, o Vereador Tiago Costa tinha feito uma CPI e, pela CPI, tinha tomado perfeito conhecimento, do que tinha ocorrido, na Santa Casa. O próximo orador foi o Vereador Samuel Nogueira Cavalcante. Ele respondeu ao Vereador Orivaldo, que estava “sorrindo e tinha vontade de soltar fogos”, diante da notícia do prefeito. O Vereador Samuel salientou, que o Prefeito Carlos Nelson Bueno tinha assumido a gestão da prefeitura e o seu primeiro ato tinha sido reduzir, em 20%, os contratos da prefeitura, para com a Santa Casa; que o prefeito tinha dito, que a prefeitura não tinha dinheiro, mas tinha, logo, tinha sido mentira o prefeito; que o prefeito tinha rompido grande parte dos convênios e transferido cirurgias às cidades vizinhas, logo, ele tinha gerado o caos; que o prefeito não pagava à Santa Casa, em dia, atrasava pagamentos, comprometia, absurdamente, a saúde financeira do único hospital da cidade; que havia o prédio gigante da Santa Casa, uma estrutura física invejável e completa, em equipamentos, localizado, no centro da cidade; que a Santa Casa estava “quebrada”, falida e o Vereador Samuel perguntou: quem faliu a Santa Casa, respondendo, ele mesmo, que tinha sido o Prefeito Carlos Nelson Bueno, que, agora, a um ano para as eleições, Carlos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nelson tinha trazido a solução: abandonar o prédio gigante, central, estruturado e equipado e construir um hospital novo; que Leonardo da Vinci estava revirando, no caixão, de tanta genialidade de ideias, e perguntou, de onde o prefeito iria retirar dinheiro, para construir um hospital novo, lá, no fim da zona sul; que Beethoven estaria rindo, da capacidade intelectual da múmia; que o prefeito só poderia estar brincando, com a população, pois não era possível tal ideia; que era inacreditável abandonar um hospital completo, para se construir um novo e perguntou: que interesse havia nisso, ou de onde sairia dinheiro, haja vista que as UBSs estavam “aos pedaços”; que, na UBS da Santa Cruz, faltavam lâmpadas, na sala da pediatria, há dois anos, que o prefeito tinha que parar de brincar, com a população, não havia tempo, para se construir nada, o prefeito não deveria fazer propaganda eleitoreira da velha política, enquanto ex-presidentes estavam sendo presos, na mesma escola de Carlos Nelson, e que, a Câmara de Mogi Mirim não poderia se curvar ao ato obscuro do prefeito, a Câmara deveria refletir, haja vista que o Prefeito Carlos Nelson tinha obrigação moral de fazer, com que a Santa Casa voltasse a funcionar, perfeitamente. Por fim, falou que a Secretária Jurídica do Prefeito, que nem sabia escrever a língua portuguesa, corretamente, achava-se no direito de ignorar qualquer pedido de negociação, por parte da Santa Casa. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela relatou viagem à Brasília e registrou, que tinha feito muitos contatos, na capital, tendo, inclusive, o privilégio, através do deputado Ricardo Izar, de se sentar à mesa do atual Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, “face a face”, ocasião, em que lhe apresentara solicitações, para a área da saúde de Mogi Mirim, mostrando-lhe recortes de jornais e acontecimentos, da cidade, também, sobre a morte da jovem de dezessete anos, porque não fora feito um simples hemograma; que, diante do ministro, ela solicitara, mostrando-lhe, emergencialmente, o quanto Mogi Mirim necessitava de recursos para a saúde, levando, ao ministro, dois projetos, um, sobre equipamentos, especialmente, tomógrafo, outro, sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

custeios; que ela tinha solicitado verbas, para a Santa Casa, para a UPA e para as UBSs, pois Mogi Mirim precisava de socorro, de forma geral, eram vários os problemas, na saúde da cidade; que o ministro tinha sido muito atencioso e ela esperava, por resposta positiva, em breve; que ela comparecera também, no Ministério da Educação, no Ministério do Turismo, passara por diversos departamentos, no Ministério da Segurança; que ela estivera ainda, com assessores do Ministro Sérgio Moro, ocasião, em que relatara a audiência pública, por ela conduzida, na Câmara de Mogi Mirim, relativa à segurança pública e sobre a importância do monitoramento, por câmeras; que a assessoria do Ministro Sérgio Moro concordara, com suas propostas, acerca da segurança pública, e Mogi Mirim precisava, urgentemente, trabalhar, com inteligência, na área da segurança, colocando o monitoramento, na cidade, porque o crime estava se organizando e as polícias ficando, para trás, que ela tinha feito várias visitas, em Brasília, e que, não iria citar todas, pois o tempo era curto. Sublinhou ainda, evento, ocorrido, no último domingo, sob coordenação de Ronald Santiago, pela ONG Remada do Bem, evento, do qual ela participara, ao lado de muitas pessoas, na coleta de lixo, no Complexo Lavapés – Zerão e Teatro de Arena, com as presenças de pessoas de Conchal, Mogi Guaçu e comerciantes e empresários de Mogi Mirim, ocasião, em que tinham sido coletados mais de quarenta e quatro sacos de lixo, contendo latinhas de alumínio, plásticos e embalagens. Para concluir, citou ainda, a pintura artística, que tinha sido realizada, no banheiro do complexo, obra de arte executada, pelo artista Alexandre Filiage, em homenagem ao Dia Mundial das Florestas, 21 de março, ela pediu que a população tivesse mais respeito, para com o meio ambiente, preservando a limpeza do complexo e, caso fosse observado ato de vandalismo, que a população entrasse em contato, com a CGM, imediatamente, para denúncia, e parabenizou os envolvidos, na ação coletiva de limpeza. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Registrou, que tinha sido citado, pelo líder do governo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Magalhaes, portanto, falaria acerca do problema, entre a Santa Casa e a prefeitura. Aclarou, que se tratava de problema de saúde pública; que o mogimiriano precisava de um atendimento digno, na saúde; que, há pouco, o prefeito tinha feito anúncio da construção de um hospital municipal, justamente, na mesma tarde, em que o juiz da 3ª Vara, Dr. Fábio, não concedera liminar à prefeitura; que tinha sido ato estratégico do prefeito, porque ele tinha esperado, até o último minuto, pela liminar, colocando, então, em prática, o seu plano B, anunciando a construção de um hospital municipal, um “elefante branco”; que o anúncio era matéria eleitoreira, o prefeito tinha feito o anúncio de sua reeleição, na manchete, capa do jornal O Popular, logo, era claro, que o prefeito buscava mais quatro anos, buscava sua reeleição, no meio de uma crise violenta, na saúde municipal, pois a UPA estava sem atendimento, havia gente morrendo e a Santa Casa vivia sua pior crise; que o prefeito havia dito, no jornal, edição de 22 março, que não tomaria iniciativa de intervir, na Santa Casa, mas que, se fosse reeleito, iria construir um hospital municipal; que o prefeito estava utilizando o caos, a morte de inocentes, para função eleitoreira, como era feito, na velha política, prometendo aquilo, que não iria cumprir, e o povo estava cansado de ser enganado, justamente, porque Carlos Nelson havia permanecido, no poder, por doze anos, mais quatro anos, agora, e nunca tinha feito nada; que Carlos Nelson Bueno era a velha raposa política; que o tesoureiro do PSDB, partido do prefeito, era o mesmo tesoureiro da Santa Casa, uma pessoa íntegra, todavia, o orador registrou que, quando o deputado Barros Munhoz – o Salvador da Pátria tinha conseguido treze milhões de reais, em financiamentos, para a Santa Casa, ninguém discordara, embora a Santa Casa não tivesse pago sequer um único funcionário, e perguntou, então, o que a pessoa, indicada pelo prefeito, para o cargo de provedor, tinha feito com os treze milhões de reais; que o deputado Barros Munhoz tinha feito matéria eleitoreira, utilizando-se da conquista dos treze milhões de reais, ao lado do prefeito Carlos Nelson, e o orador pediu, que cessasse a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hipocrisia e lhe respondessem, onde estavam os treze milhões de reais; que o prefeito tinha colocado Milton Bonatti, na Santa Casa, à época, da CPI, porque dissera que, com Dilson Guarnieri e Josué Loli, na gestão, ele não daria nada, para a Santa Casa, portanto, o prefeito colocara Milton Bonatti, como provedor, como “homem de confiança do prefeito”; que o prefeito tinha colocado o Milton Bonatti e, depois, tinha lhe virado as costas, traindo Milton Bonatti, o prefeito traía muitos; que o prefeito Carlos Nelson desejava mais quatro anos de “Mogi Mirim é minha”, ele era um senhor feudal, o homem das terras, enquanto deixava o povo de Mogi Mirim mendigando um atendimento, um exame, na saúde, UBSs caindo aos pedaços, que o prefeito sequer conseguia administrar uma única UBS, a obra, em frente à UPA, era outra promessa eleitoreira, e perguntou, como o prefeito poderia construir um hospital municipal, e que, o anúncio do prefeito era mais uma matéria eleitoreira, enquanto pessoas precisavam de atendimento, enquanto pessoas estavam morrendo, eram vários os Boletins de Ocorrência, que estavam sendo feitos, o tempo todo, estava instalado o caos, na saúde, a vida do mogimiriano não podia esperar e o prefeito, pensando somente na sua reeleição e autopromoção, nesse momento de dificuldades, portanto, ele não passava mesmo de um canalha. Como o próximo inscrito, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador André Albejante Mazon. Ele também versou sobre saúde, Santa Casa e o anúncio do prefeito, acerca da futura construção de um hospital municipal. Narrou mais um caso ocorrido, na UPA, desta vez, uma garota de quatorze anos, com febre, convulsões, hipótese de encefalite, que, medicada com Amoxicilina, tinha recebido alta, retornara à UPA, mantivera crises convulsivas, durante todo o final de semana, fora tratada, com Diazepam, enfim, tinha entrado, em coma, na UPA, local de atendimento de baixa e média complexidades, logo, a administração da UPA tinha esperado a paciente entrar, em coma, para somente depois encaminhá-la à Santa Casa. Verbalizou, que tais histórias se repetiam, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Upa, e os cidadãos mogimirianos estavam morrendo, na Upa de Mogi Mirim, enquanto o prefeito Carlos Nelson anunciava a intenção da construção de um hospital municipal; que ele, orador, não era contrário à construção de um hospital municipal, pois era um sonho da sociedade, mas, perguntava com qual dinheiro seria feita a construção, porque, até um dia antes, a prefeitura não tinha dinheiro sequer para manter a UANA aberta, segundo palavras do próprio Chefe do Executivo, e perguntou ainda, o que era prioritário: manter o atendimento e salvar a vida do cidadão, ou construir um hospital, sob interesses suspeitos; que ele suspeitava dessa construção e todos sabiam, subliminarmente, porque Carlos Nelson Bueno desejava construir um hospital municipal, ou seja, pelo mesmo motivo, o qual o prefeito brigava, com a Santa Casa, pois, na Santa Casa, ele não conseguia gastar o dinheiro da prefeitura, da forma como ele desejava, e era por isso que, atualmente, na Santa Casa, gastava-se, com o corpo clínico, o mesmo, que era gasto com a manutenção da UANA, quando estava aberta, que ele não desejava nem saber o quanto de dinheiro seria gasto, com a construção do hospital municipal, mas perguntava, quantas vidas de mogimirianos o hospital municipal iria custar e que, ele esperava, de coração, ninguém precisasse utilizar da saúde pública, em Mogi Mirim, porque ela não existia. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele falou sobre saúde e fez uma analogia, entre saúde e o Complexo Lavapés – Zerão. Destacou, que o Zerão deveria ser o cartão postal da cidade, ele sempre defendera tal ideia, não somente, para belas fotos, mas sim, para promoção de qualidade de vida das pessoas, através do incentivo da prática esportiva, lazer e recreação, com profissionais competentes, da SERJEL, todavia, o que se via, no Zerão, atualmente, eram vandalismo, drogas e a ciclovia apagada, então, numa área, onde deveria ser feita a promoção da saúde, havia risco de vida, pois a iluminação era precária, não havia segurança e, dependendo da hora, era melhor não caminhar, no complexo, para não ficar à mercê de assaltantes; que ele fazia pedido à GCM, para que intensificasse a ronda naquele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

local, de manhã, à tarde e à noite, definitivamente; que os usuários do complexo reclamavam todos os dias, diante da má conservação, era necessário explorar aquele local de melhor forma e ele clamava, constantemente, para que a administração não só retirassem o mato, mas também, fizessem uma ação permanente e não temporária, no local, a fim de que as pessoas criassem o hábito de frequentarem o local, de forma segura; que a iluminação dos brinquedos estava toda apagada; que ele desejava parabenizar o pessoal da ONG Remada do Bem, pela ação executada, a qual tinha envolvido vários setores privados, igreja, comunidade, pessoas, com amor, ao meio ambiente; que o Complexo Lavapés tinha que ser tratado, como “menina dos olhos”, pois era espaço único, na cidade, para lazer, esporte e recreação; que ele parabenizava o artista Alexandre Filiage, que tinha transformado um banheiro, numa obra de arte, sendo Alexandre, o mesmo autor da revitalização do muro da ETEC, que ele, orador, enaltecia as boas ações e que, o poder público e o privado tinham que andar juntos, o poder público tinha recursos sim, e precisava arcar, com suas responsabilidades, ou seja, a manutenção das praças, dos campos de futebol e das quadras esportivas. Finalizando, ele mencionou o professor Alex Lucon, presente, nas galerias, professor este, que fazia um trabalho de excelência, há anos, colaborando, na formação do cidadão, através do esporte, descobrindo talentos, transformando a vida das crianças, transformando-as, em cidadãos, e parabenizou também, o senhor Everton Bombarda, técnico da Tucureense, pelos cem anos da A.A. Tucureense. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele registrou a presença, nas galerias, do professor Alex Lucon, e o parabenizou, pelo trabalho fantástico, que fazia, na EE Jorge Bertolazzo Stela. Registrou também, os cem anos, da A.A. Tucureense, parabenizou todos os envolvidos, com a agremiação, os jogadores, de todos os tempos, e felicitou o multicampeão Everton Bombarda, técnico da Tucureense. Confessou, que, no início da atual gestão municipal, ele tinha sugerido o nome de Everton Bombarda, para ocupar a gestão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Secretaria de Esportes – SERJEL, mas sua sugestão não tinha sido acatada, pelo prefeito, e, sob sua ótica, a cidade perdera, com isso, porque Everton tinha o dom da liderança e congregava pessoas, logo, Everton Bombarda fazia muita falta, na Secretaria de Esportes, e Everton era o maior líder, da zona norte, da cidade. Depois, relatou viagem, que tinha feito à Brasília, tinham viajado seis vereadores, sendo Vereadora Sônia e ele, do Partido Progressista. Narrou, que o Progressista de Mogi Mirim seria repaginado, ainda, no ano de 2019, e iria filiar pessoas de boa índole, pessoas, que lutavam por Mogi Mirim e pela população de Mogi Mirim; que ele só tinha a agradecer, aos deputados, que estendiam o “tapete vermelho”, para os vereadores do Progressista de Mogi Mirim, especialmente, à Vereadora Sônia, de quem ele, orador, tinha muito orgulho, pois, verdadeiramente, a vereadora trabalhava, por Mogi Mirim. Finalizando, aclarou, que ele próprio tinha feito mil atendimentos, desde o início de seu mandato, e que, o Progressista era um partido, que trabalhava. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele cumprimentou o professor Alex Lucon, bem como, o senhor Everton Bombarda, ambos presentes, nas galerias, ambos seus amigos pessoais, e relatou, que tinha tido o prazer de ter sido treinador, das equipes de base da Tucureense, um grande time, repleto de histórias. Na sequência, disse que estava, com as mãos geladas, com um nó, na boca do estômago, ele era ainda novo, na política, acreditava, que não tinha se acostumado a ela ainda, pois ele vinha acompanhado o noticiário e era algo complicado. Ele tinha respeito a todos, respeitava a opinião de todos, mas, fato era, que existiam três verdades, no mundo: a do emissor, a do receptor, e a verdade verdadeira; que ele buscava a verdade verdadeira e recordou as palavras do Vereador Alexandre, que, no passado, havia dito que, quando algo acontecia à Santa Casa, o hospital tornava-se a pauta da sessão de Câmara, na segunda-feira seguinte; que ele não era omissor à situação da Santa Casa, mas recordava que, no passado, quando estivera defendendo os funcionários do hospital, tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sido tachado de fazer política, com a situação, todavia, ele não desistiria da Santa Casa, porque não era causa perdida a ele; que ele não tinha dinheiro, para manter plano de saúde particular, portanto, sua família, ele e seus amigos utilizavam-se do SUS, logo, o hospital de Mogi Mirim era a Santa Casa, embora tenha sido dito, pelos diretores do hospital, que a Santa Casa era entidade privada; que ele era apenas vereador, não era o Executivo, não tinha poder, para agir, ou resolver, mas tinha poder, para intervir, para buscar alguma solução às pessoas; que, recentemente, uma paciente tinha sido internada, na Santa Casa, porque tinha sofrido acidente; que todos sabiam, que a Santa Casa tinha obrigação de atender às vítimas de acidente, pelo SUS, para depois, receber o DPVAT; que a paciente era uma jovem senhora e deveria fazer cirurgia, no úmero; que a Santa Casa tinha informado à família, que, primeiramente, não tinha placa, para cirurgia, posteriormente, que havia a placa, mas a Santa Casa deveria vendê-la à família, houvera intervenção do vereador, e a Santa Casa voltara atrás, na decisão, e a placa tinha sido colocada, no úmero da moça, através do DPVAT; que houvera outro acidente, de uma jovem senhora, com problemas, no ombro, a Santa Casa se recusara a fazer a cirurgia, fora, quando DR. Leandro Matos comprara a briga, tinha intervindo e realizado a cirurgia; que, no sábado último, houvera outra intervenção, ele, orador, tinha ajudado uma família, cujo ente tinha vindo a óbito, ele, orador, interviera, para que a Santa Casa liberasse o corpo e narrou outro caso, no qual ele interviera também, que ele contava tais casos, não para defender o Poder Executivo, mas para que todos atentassem, como as coisas aconteciam, e ele, orador, defendia a UPA, que ministrava os primeiros socorros, a UPA atendera um caso, na data, para o qual fora necessário tomógrafo, todavia, a Santa Casa não tinha tomógrafo, o paciente fora encaminhado, para Mogi Guaçu, mas tinha sido necessário aguardar, pelo SAMU, passadas quatro horas de desespero, dentro a Santa Casa, veio a resposta, e o paciente fora transferido, então, ele discursava tais fatos, para dizer, que era preciso parar de birras, “mi mi



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mis”, entre as partes, Santa Casa e Prefeitura, e que, ele, orador, esperava que, enquanto se construísse o anunciado hospital municipal, as pessoas não ficassem a descoberto”. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h11, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 20, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 163.169,56.”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social. Ele explanou, destacando que a comissão tinha realizado reunião ordinária e recebido, para explicações, as técnicas da Secretaria de Educação, Cristina Fressatto, Presidente do FUNDEB; Elaine, da Secretaria de Educação, e Daniela Granziera, da Secretaria de Suprimentos; que o projeto era relativo a equipamentos, para a EMEB Jardim Floresta, que a propositura buscava autorização legislativa, para que o município efetuasse abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 163.169,56, oriundos de convênio, formalizado, através da Secretaria da Educação, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE e o Município de Mogi Mirim, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa Ação Educacional Estado-Município – Educação Infantil, para aquisição de materiais permanentes, para a creche do Bairro Jardim Floresta, e que, ele era favorável, ao projeto, pedindo por sua aprovação; (posto a votos em sessão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 20/2019, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei nº 21, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.000.000,00”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; Parecer e *Emenda supressiva* da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra, Presidente da CESAS. Ele aclarou, que o dinheiro era proveniente do Fundo Municipal de Habitação, oriundo do pagamento das prestações de casas populares; que a propositura buscava autorização legislativa, para que o município efetuasse abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.000.000,00, oriundos do Fundo Municipal de Habitação, objetivando atender duas situações: a primeira, a construção de moradias de interesse social, tendo, em vista, a crescente demanda de solicitação de auxílio moradia, ao serviço social da Secretaria de Obras e Habitação Popular, e, a segunda, a necessidade de desocupação imediata das famílias invasoras, das áreas verde e de preservação – APPs do Parque das Laranjeiras, loteamento, o qual o município tinha sido condenado a regularizar, que a emenda supressiva retirava do texto a palavra “aproximadamente” dez moradias, para definir o número exato de casas populares a serem construídas, dez casas populares, e que, ele estava pedindo, ao Prefeito, através de requerimento, uma cópia da planta das casas populares; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 21/2019, do Prefeito de Mogi Mirim, e emenda); (à sanção do Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 22, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 100.000,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Novamente, fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra, Presidente da CESAS. Ele salientou, que o crédito era destinado à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assistência Social, precisamente, à Vila Vicentina, que a propositura buscava autorização legislativa, para que o município efetuasse abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 100.000,00, oriundos de emenda parlamentar nº 37300003, do Deputado Federal Miguel Lombardi, para a entidade Vila Vicentina - Vicentinos de Mogi Mirim, e que, de acordo, com documentação anexa, nos autos do processo, e conforme explicado, pelos técnicos, da Secretaria de Assistência Social, o recurso poderia ser utilizado, para custeio, R\$70.000,00 e R\$30.000,00, de equipamentos; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 22/2019, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); 4. Projeto de Lei nº 23, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 101.000,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Mais uma vez, ocupou a tribuna o Vereador Alexandre Cintra. Ele afirmou que o crédito se destinava à Assistência Social – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; que a propositura buscava autorização legislativa, para que o município efetuasse abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 101.000,00, proveniente, da proposta do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal, vinculada à Emenda Parlamentar nº 28130006, de autoria do Deputado Federal Paulo Freire, oriunda de Orçamento Geral da União, objetivando a compra de equipamentos, conforme tabela constante, nos autos, do processo, visando atendimento às necessidades do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Projeto de Lei nº 23/2019, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele tratou de assunto, citado, pelos colegas, no Expediente, referente à manifestação da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, a respeito dos loteamentos. Frisou, que, realmente, nas suas conversas, com a vereadora, ele tinha demonstrado a ela, que medidas, para reanálise dos projetos aprovados no governo anterior, tinham sido tomadas, pelo poder público; que ele tinha permanecido, por um ano, assessorando o planejamento urbano, enquanto funcionário público, que era; que, diante da suspensão, para reanálise, era necessário trazer um resultado e tinha sido esta, justamente, a crítica feita, pelo vereador, à época, porque os empreendedores precisavam de uma resposta, haja vista que tinham feito investimentos e tinham seguido todo o trâmite administrativo, de seus projetos; que, depois de ação judicial, o município tinha feito um acordo, com dois empreendimentos, o Parque dos Franciscanos e o Boa Vista, com contrapartidas e adequações, as quais tinham melhorado e muito os projetos dos loteamentos; que ele chamava a atenção do Executivo sempre, quando desses casos, para um consenso, pois era melhor fazer um bom acordo, do que enfrentar uma demanda exaustiva; que ele defendia a fomentação da ocupação, nos vazios urbanos, nas ligações, entre bairros, e já tinha se manifestado, ao Executivo; que a Vereadora Maria Helena era sabedora da preocupação, que o orador tinha, relativa ao Distrito Industrial Luiz Torrani, pois ele já dissera, ao prefeito, que era necessário regularizar o distrito, porque Mogi Mirim estava perdendo empresas, as quais poderiam se instalar, no município, gerando assim, emprego e renda, por falta de estabelecer um acordo, junto ao Ministério Público, no processo, oriundo do Data Center Itaú/Unibanco e da antiga proprietária da área, onde está instalado o Data Center, senhora Jussara; que era necessário ao Poder Executivo e aos citados proprietários resolverem a pendência, a fim de permitirem às empresas, que se instalassem, no município; que ele fazia tais críticas propositivas, pois era sua obrigação, era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procurador municipal, ele tinha intenção, de que coisas se resolvessem e estava à disposição, para ajudar e esclarecer; que, por outro lado, existiam alguns loteamentos, para os quais o poder público estava, em tratativas, junto, ao Ministério Público, estes eram referentes à expansão urbana, e era necessário zelo, a fim de que nenhum loteamento fosse aprovado, de modo a trazer problemas, para o plano urbano, que o plano diretor já deveria ter sido revisto, estava se passando muito tempo, a intenção do governo municipal era fazer sua revisão, no início do ano, e não fizera, e isto trazia insegurança jurídica, haja vista que os empreendedores tinham executado obras públicas e, quando empreendedores executavam obras públicas, era-lhes possível pedir ressarcimento, futuro passivo judicial, logo, sua orientação, como procurador municipal e advogado, era sempre a de articular, para esclarecer, e não existir ônus futuro. Como o próximo orador, Vereador Jorge Setoguchi, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele parabenizou os organizadores da Copa de Futebol Zona Leste, cujos jogos ele estava acompanhando, eventos realizados, sem qualquer violência, reunindo grande torcida, sendo cotado, como favorito à taça, o Time do Laranjeiras. Depois, relatou que tinha convidado o Vereador Cristiano, para conhecer uma empresa, localizada, em Mogi Guaçu, a qual pretendia se instalar, em Mogi Mirim, empresa com mais de quatrocentos funcionários; que ele estava, em tratativas, com a administração, para doação de terreno; que o empresário já tinha visitado o parque industrial, localizado um terreno, e ele aguardava a remessa do projeto de lei, para doação, de área, esperançosamente, para a geração de renda, que ele estava apenas apresentando a solicitação dos empresários, ao prefeito, e, depois disso, caberia ao empresário e ao prefeito, efetivar a negociação, dentro, de quatro paredes, onde ninguém poderia jamais saber o que ocorreria, mas, se houvesse alguma contrapartida possível, ele, orador, tinha sugerido, ao empresário, que fosse destinada à Santa Casa, de forma transparente, e que, ele iria apresentar,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao prefeito, uma segunda empresa, desta vez, oriunda de Suzano, para duzentos empregos diretos, na cidade, e as negociações já estavam, em andamento. Para concluir, citou requerimento, de sua autoria, através do qual solicitava, ao SAAE e à prefeitura, a compra de gerador de energia, destinado à captação e tratamento de água, do SAAE, a fim de evitar os constantes desligamentos e interrupções, no fornecimento de água, objetivando assim, resolver, definitivamente, o problema de falta de água, na cidade, principalmente, na zona norte. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele falou, que não gostava de ir a tribuna, para reclamar de problemas, mas era obrigado a registrar a situação e, por isso, convidava os pares, para visitarem seu local de trabalho, a Secretaria de Saúde, a fim de verificarem os vinte e dois veículos, tipo Gol, alugados, pela prefeitura, da Germânica, metade deles, com os para-choques estragados, em virtude das péssimas condições, das ruas de terra e estradas rurais. Relatou que, no Planalto Bela Vista, ao lado do Parque Real, existia uma rua, onde ambulâncias, sequer ônibus, ou coleta de lixo, conseguiam trafegar; que, nesta mesma rua, havia um morador, que tinha quebrado a perna, seu pai necessitava o levar carregado, até terra firme, para que fosse colocado, na ambulância, e transportado à UPA; que ele, orador, sendo motorista de ambulância e vendo aquela situação, tinha carregado o paciente, no colo; que não era a primeira vez, que ele carregava pacientes, nas costas, pois fizera a mesma coisa, com um paciente, no Parque das Laranjeiras; que o Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, tinha sido secretário, no passado, vinha, desde à época de Paulo Silva, tinha sido vereador também, e ele, orador, desejava, que Valdir o acompanhasse, em todas as estradas rurais e no Parque das Laranjeiras, para constatar, ele mesmo, a precariedade da situação, ao invés de ficar, dentro de quatro paredes, sem saber o que acontecia, fora de seu gabinete, de secretário; que o Prefeito Carlos Nelson Bueno tinha contratado um encarregado “pingaiada e cachaceiro” e ele não citaria nomes, mas, se a carapuça servisse a alguém, ele



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estaria, em seu gabinete, esperando para acarear; que o Prefeito Carlos Nelson Bueno, às vezes, contratava secretário, que não sabia o que era uma estrada rural, ou o que era uma via urbana; que ele tinha atendido uma moradora, do Parque das Laranjeiras, cujo esposo não conseguia retirar o carro da garagem, por causa da situação da rua de terra, e ela tinha um recém-nascido, em casa, portanto, ele, orador, pegara o seu trator particular e tinha jogado entulho, em frente à casa, desta moradora; que ele não gostava disso, nem se sentia confortável, mas fazia, tais atos, porque o munícipe o tinha procurado, afinal; que ele também não gostava de limpar praças, muitos acreditavam que ele gostasse disso, não gostava, mas, da mesma forma, sentia-se obrigado, a fazer, porque os moradores lhe pediam, então, ele fazia, ao menos, o mínimo; que ele nem precisaria estar, na tribuna, reclamando, mas estava, e mandou um recado, para o Secretário José Paulo, pedindo, pelo amor de Deus, que ele fosse mais ágil, porque o orador tinha visto vários funcionários, trabalhando, no mesmo trecho, limpando, uma praça, com apenas uma “maquininha”, e perguntou ainda, se o secretário José Paulo era lerdo, pois, caso o secretário não soubesse, como trabalhar, o orador poderia lhe ensinar; que, assim sendo, ele, orador, com seu trator, tinha limpado várias praças, num mesmo dia; que “a turma achava bonito”, mas ele não gostava de fazer isso, porque, durante o tempo que ele perdia, com essas coisas, as quais eram responsabilidades de secretários, ele poderia prestar o serviço social, que fazia, ou seja, a doação de cadeiras de rodas, logo, ele perdia tempo; que o secretário deveria prestar atenção à sua fala, porque ele, orador, falava, com propriedade, e pediu, que o prefeito lhe desse uma máquina patrol, para que ele mostrasse, aos secretários, como se trabalhava, que ele dava razão, ao Vereador Moacir, quando este reclamava, da situação das estradas rurais, e que, às vezes, ele tinha vontade louca de telefonar, para o prefeito e seus secretários e encarregados, para que enxergassem os problemas da população, e, no próximo ano haveriam eleição, portanto, aos que não se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comportassem, ele iria “jogar verdades, na cara, e citaria nomes. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler. Ela retornou à questão os empreendimentos, da cidade, os quais estavam embargados, pelo senhor prefeito, e salientou que, quando ela insistia, em trazer o assunto à tribuna, era, porque, realmente, o Vereador Gérson sabia, que alguns desses empreendimentos haviam sido aprovados, de maneira concentrada, nos últimos dias da administração Gustavo Stupp e Gérson Rossi, como vice-prefeito; que, nos últimos dias do mandato, aquela administração tinha feito a aprovação, de forma concentrada, descaradamente; que ela não vinha falar disso, mas sim, falar daqueles que estavam há sete, ou oito anos, ou nove anos, esperando seus empreendimentos serem aprovados e o Vereador Gérson sabia, perfeitamente, que tais empreendimentos já poderiam estar provados, porque o vereador Gérson lhe tinha dito isso, pessoalmente; que ela sabia do incômodo, que o vereador Gérson sentia, ao ser, concomitantemente, procurador do município e vereador, na Câmara, havia conflito, pois, na prefeitura, Gérson precisava proteger o patrimônio público, e, na Câmara, ele estava, para defender o munícipe, algo, que, na opinião da vereadora, ele não estava fazendo, com a devida ênfase; que existiam loteamentos enormes, cujos lotes já tinham sido comercializados, esperando somente a liberação, pelo prefeito, e era este, justamente, o questionamento da oradora; que existiam conflitos, porque, na prefeitura, o Vereador Gérson fazia o papel de procurador, mas, na Câmara, ele deveria defender o povo, e a postura do vereador Gérson a incomodava, justamente, porque, na Câmara, ele defendia o povo “baixinho”, falando, mansamente, na tribuna; que ele deveria falar, da forma, como havia falado, com ela, ele lhe dissera, que já havia falado, sobre o assunto, com o prefeito, dizendo-lhe, que existiam muitos empreendimentos, os quais já poderiam estar liberados; que ele tinha-lhe dito isso, com ênfase, mas não utilizava a mesma ênfase, na tribuna, em virtude de conflito, conflito, que ela cobrava, do Vereador Gérson, haja vista que ele tinha muitos anos de vida



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pública, tinha sido vice-prefeito e sabia o que tinha acontecido, no passado, sabia das irregularidades; que a revisão, da revisão, do plano diretor estava “armada”, para acontecer somente, nos últimos meses, do atual mandato, para não liberar empreendimentos, para ninguém, enquanto se esperava o começo de uma nova gestão municipal; que a revisão do plano diretor tinha que ter sido feita, no início de 2019, que ela perguntava, como ficaria a situação dos empreendedores, pessoas empreendedoras, as quais estavam há mais de dez anos, esperando o prefeito mudar diretrizes, e que, era isso que ela cobrava, do Vereador Gérson, ou seja, a verdadeira justiça, do homem público, do agente público, na íntegra, sendo ele vereador, na Câmara, deixasse ele, Gérson, que a prefeitura se danasse, porque “ele era vereador, na Câmara, que se danasse a prefeitura”. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. Ele citou a fala dos Vereadores Gérson e Maria Helena e destacou, que o Vereador Gérson havia dito, que a situação de dois loteamentos, Jardim Franciscano e Boa Vista, tinha sido resolvida; que ele havia feito reunião, com os responsáveis, pelo loteamento da Paulietc, na Avenida da Saúde, os quais tinham proposto qualquer tipo de contrapartida à prefeitura, diversas contrapartidas, em troca da liberação do empreendimento, mas, até agora, a prefeitura não tinha retornado, com resposta, aos empreendedores; que ele também citava as palavras do Vereador Marcos, que havia solicitado, do prefeito, uma patrol, para ter, em mãos, para que ele pudesse realizar os serviços, os quais não realizados, pela prefeitura, e o orador registrava ainda, a abertura de licitação, para compra de uma máquina patrol nova, perguntando, se com a nova máquina, a prefeitura, finalmente, resolveria os problemas dos buracos, na cidade; que ele esperava a administração não fosse negligente, novamente, e fizesse o seguro do veículo, pois a outra patrol adquirida, tinha sido roubada, num verdadeiro desperdício de dinheiro, ele esperava ainda, que, com a nova patrol, a prefeitura resolvesse todos os problemas de buracos, nas Chácaras Sol Nascente, Parque das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Laranjeiras, Mato Seco, Usina Esmeralda, fossem resolvidos. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele parabenizou as cento e cinquenta pessoas, as quais tinham sido empregadas, na Havan, e narrou, que tinha ido à inauguração da unidade local, da famosa rede de lojas; que ele tinha recebido um show de palestra, do Luciano Hang, proprietário da rede, o orador ficara “de queixo caído”; que ele, orador, anos atrás, tinha se submetido a um teste, da Nasa, e resultara, que ele era 100% comercial; que ele ficara entusiasmado, com o discurso de Luciano Hang, o qual tinha recepcionado as autoridades, direcionando seu discurso, aos funcionários recém-contratados, versando sobre a realização do ser humano, quando este conseguia um emprego, que ele parabenizava a administração pública de Mogi Mirim, porque tinha feito de tudo, junto ao Governo do Estado, para conquistar a Havan, para Mogi Mirim. Ele parabenizou também, o empresário Carlos Guardia, que estava fazendo a expansão de sua empresa, no município. Mudando de assunto, falou que não estava preocupado, com a sua reeleição; que não vinha à tribuna, para fazer debates sobre questões políticas, mesmo porque, um dos maiores chefes da política brasileira, Michel Temer, estava, na cadeia, portanto, ele, orador, vivia “sem medo de ser feliz”, não contava mentiras, na tribuna, nem fazia debates sensacionalistas; que ele estava acompanhando questões junto à DRS São João da Boa Vista, a qual estava para cortar a verba do SUS, de Mogi Mirim, por culpa da Santa Casa, dos “ladrões, que estavam dentro da Santa Casa”, os quais tinham criado a atual situação, e o prefeito encontrava-se proibido de repassar verbas, ao hospital; que Mogi Mirim era referência, na hemodiálise, mas corria o risco de perder seu centro de hemodiálise, por culpa “dessa gente, que estava dentro da Santa Casa, por culpa dessa gente, que tinha deixado os médicos irem embora”; que a prefeitura tinha feito o repasse, do dinheiro, à Santa Casa, mas “uns administradores da Santa Casa” tinham depositado o dinheiro do SUS, em suas contas físicas, o dinheiro da população; que ele próprio havia dito, ao prefeito Carlos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Nelson, para que não intervisse, na Santa Casa, porque “eles” queriam colocar o rombo, da Santa Casa, no “colo do prefeito”, queriam que o prefeito assumisse “toda a canalhice feita, na Santa Casa”, e, depois que o prefeito assumisse, fariam, que tinha sido a administração da prefeitura a sumir, com os documentos da Santa Casa, que outras pessoas, pessoas que falavam a verdade, pessoas, que não faziam política nefasta, que não falavam mentiras, que não faziam defesa de loteadores, tinham dito a mesma coisa, ao prefeito, e o orador registrou, que eram os empreendedores, que davam verbas, para campanhas eleitorais, e que, ele não tinha medo, de não ser reeleito, continuaria, falando a verdade, não gostava de mentiras, de gente vagabunda, que tinha se instalado, na Santa Casa, gente, que tinha depenado a Santa Casa, e não se poderia perder a verba do SUS, por causa dessa gente, uma verba de 1 milhão, 700 mil reais, um dinheiro importantíssimo, para Mogi Mirim, e os canalhas também envelheciam, segundo, Rui Barbosa, então, os responsáveis pela crise da Santa Casa, eram os canalhas, que tinham administrado a Santa Casa. A próxima oradora foi a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela relatou, que, no dia 20 último, no Palácio Bandeirantes, sede do Governo do Estado de São Paulo, a cidade de Mogi Mirim tinha recebido o certificado MIT – Município de Intenções Turísticas; que ela, infelizmente, não pudera participar, tampouco algum membro do CONTUR, todavia, ela desejava parabenizar o CONTUR, em nome, de seu presidente, Sebastião Zoli, bem como, o turismólogo, Ed Alípio, também, Débora Tarossi, coordenadora da ETEC, os alunos, da ETEC, e o diretor, da ETEC, André, porque os alunos da escola tinham participado de projetos, os quais tinham colaborado, para que Mogi Mirim tivesse um plano de turismo e conquistasse o MIT, e a conquista do MIT permitiria, através de projetos, trazer recursos, para benfeitorias, nas praças e ruas, da cidade, e a iluminação de alguns pontos turísticos, logo, tinha sido maravilhosa tal conquista, principalmente, nos 250 anos, de Mogi Mirim. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Tiago



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

César Costa. Ele respondeu ao Vereador Orivaldo Magalhães, líder de governo. Afirmou, que quem estava falando de reeleição, era o próprio prefeito, não o vereador Orivaldo, e bastava ao vereador, pegar o jornal O Popular, e conferir a fala do prefeito, que tinha dito, que a cidade estava anestesiada e precisava dele, lançando-se à reeleição; que o orador não tinha dito acerca da reeleição do vereador; que o futuro, a Deus pertencia, mas o orador não via, como tão promissora, a intenção de reeleição do prefeito, porque, em enquete feita, na sua página, na rede social, acerca da reeleição do prefeito Carlos Nelson, num total de respostas, de mil, seiscentos e quarenta e nove mogimirianos, mil quinhentos e oitenta e seis pessoas tinham dito “péssima ideia”, apenas setenta e três tinham dito excelente; que a rede social tinha levado Bolsonaro à presidência do Brasil, logo, não se podia subestimar a rede social e a enquete feita, em sua página, mostrava, que o brasileiro não queria a velha política; que, num momento de crise, o prefeito deveria dar suporte à saúde, porque o povo precisava, ao invés de se lançar à reeleição, e as manobras políticas, que Carlos Nelson Bueno fazia, para se reeleger, mostravam o caráter que ele tinha; que o déficit de moradias populares ultrapassava sete mil famílias, no cadastro social do município, e, infelizmente, o prefeito nada queria saber, de fazer loteamentos, à população de baixa renda, e ainda, por cima, travava o trâmite daquilo, que desejasse, na prefeitura; que, ao prefeito, não interessavam projetos populares, para munícipes de baixa renda, portanto, ele avisava, aos mogimirianos, que, no governo de Carlos Nelson Bueno, não haveria casa própria; que anunciar a construção de um futuro hospital municipal tinha sido manobra, exclusivamente, política, objetivando a reeleição; que todos os projetos, para famílias de baixa renda, estavam engavetados, por Carlos Nelson, há dez, cinco, sete anos, porque o projeto de Carlos Nelson não era o povo mogimiriano, nem a saúde, que vivia o caos, tampouco, a educação, com as creches e escolas caindo, aos pedaços, sem alvará, por parte do Corpo de Bombeiros, que o projeto de Carlos Nelson nunca fora o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

povo mogimiriano e ele, orador, esperava, que aqueles que estivessem “grudados, no prefeito Carlos Nelson” soubessem, que a rejeição ao governo municipal era absurda e o prefeito já tinha prometido o cargo de vice-prefeito, para, no mínimo, doze pessoas, e que, se a Santa Casa estava repleta de ladrões, o Vereador Orivaldo deveria chamar a política e mandar prender o Milton Bonatti, o tesoureiro do partido do prefeito, pois, se existiam bandidos, que o Vereador Orivaldo coletasse provas e os mandasse prender, pessoas, que Barros Munhoz e Carlos Nelson Bueno tinham colocado, dentro da Santa Casa, na atualidade. Por fim, perguntou, onde estava o dinheiro, do financiamento, trazido, por Barros Munhoz, à Santa Casa, e que, se existiam ladrões, bandidos, o vereador deveria mandar prendê-los e o mesmo traidor, que tinha traído aqueles, que ele mesmo colocara, na Santa Casa, trairia também, o Vereador Orivaldo Magalhaes, no futuro. O próximo orador, Vereador André Albejante Mazon, desistiu da palavra. Discursou, na sequência, o Vereador Cinoê Duzo. Ele perguntou, de quem era a culpa da situação da Santa Casa, se da prefeitura, ou, se da Santa Casa, e respondeu, ele mesmo, dizendo, que era a mesma coisa, que desvendar o mistério, de quem tinha nascido primeiro, seria o ovo, ou a galinha. Salientou, que a população perguntava a todos os edis, sobre a Santa Casa e, quando o prefeito citara, há pouco, a ideia da construção do hospital municipal, o vereador ousava lembrar, que, no governo anterior, de Carlos Nelson, ele, orador, tinha feito a mesma proposta, para Carlos Nelson, para que ele construísse o hospital municipal e nunca houvera resposta; que ele desejava um hospital municipal, mais a Santa Casa, mais a UPA, na zona leste, e a UANA, no centro da cidade, ele queria ainda, que Carlos Nelson reabrisse o pronto socorro, todavia, o Vereador Cinoê tinha “pé no chão”, sabia que Mogi Mirim não tinha recursos; que, se o governo municipal havia dito, que possuía recursos, para construção do hospital municipal, o vereador acreditava, então, que os recursos deveriam ser utilizados, para melhorar todos os postos de saúde, da cidade; que todos os recursos deveriam ser utilizados, num espaço



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

físico já existente, ou seja, a Santa Casa, porque o vereador acreditava, nas pessoas, as quais trabalhavam, no hospital, a recepcionista, o médico, o motorista, no atendente, no enfermeiro, pessoas, que o procuravam, com seus questionamentos e lhe pediam, pelo amor de Deus, ele não deixasse fechar a Santa Casa, como, se ele tivesse tal poder; que dever-se-ia esclarecer, que vereador não tinha poder, para manter aberta a Santa Casa, mas os populares poderiam cobrar o governo municipal e os administradores da Santa Casa, haja vista que os dois lados tinham responsabilidades e deveriam responder à população, porque, era sempre a população quem “pagava o pato” e os vereadores eram sempre cobrados, por tudo: falta de remédios, creches abandonadas, saúde, educação, em tudo, os vereadores eram cobrados. A Santa Casa e a prefeitura deveriam se unir e o governo municipal deveria colocar a mão, no coração, e ter misericórdia da Santa Casa, chegando a um entendimento, cessando, de jogar pedras, destacou, finalmente. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Aclarou, que não era advogado de defesa do Vereador Gérson, todavia, ele acompanhava o trabalho dos vereadores, nas redes sociais, era um dos poucos vereadores, que curti as postagens, de todos os outros edis, na rede social, por isso, ele sabia, que o Vereador Gérson era um dos poucos, que fazia prestação de contas de seu trabalho, todas as semanas, na rede, portanto, ele discordava da Vereadora Maria Helena, que havia dito, que o Vereador Gérson não fazia a parte dele, defendendo o público, porque o Vereador Gérson defendia sim, o Vereador Cristiano era testemunha, era testemunha também, do trabalho do Vereador Gérson, no Grupo Bosque de Maria, observando também, ali, o trabalho do edil Gérson; que vários pares já tinham elogiado o Vereador Gérson, pela postura, do nobre edil, e, quando o nobre edil Gérson e ele, orador, tinham comparecido, no Programa Cidade Legal, tinha sido “a coisa mais difícil” fazê-lo o acompanhar, por causa do trabalho, do edil Gérson, na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, o próprio orador tinha requerido sua companhia, junto ao Gabinete do Prefeito;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que a presença do Vereador Gérson, no Programa Cidade Legal tinha sido de grande valia, à cidade, e a regularização de loteamentos estava caminhando, logo, ele parabenizava o Vereador Gérson Rossi, pelo trabalho, que fazia, que era importante tomar cuidado, com o que era dito, em tribuna, porque, às vezes, poder-se-ia cair, em contradições, as quais ficavam registradas, em ata, e que, ele gostava de estatística e também, às vezes, lia as atas, do passado, da Câmara, e observava contradições, entre discursos antigos e os atuais. Concluindo, registrou a audiência, que tinha conduzido, sobre o PAFE – Programa de Apoio Financeiro Escolar, e relatou que a reunião tinha sido muito proveitosa; que o dinheiro do PAFE era destinado a pequenos reparos, nas escolas, da rede; que, atualmente, a prefeitura não tinha condições alguma de fazer os reparos, porque não tinha funcionários disponíveis, possuía, nos seus quadros, apenas um único eletricitista, um único pedreiro, um único encanador, e, como não eram abertos novos concursos, para contratação, de mais mão-de-obra, o dinheiro do PAFE era muito importante às diretoras, lembrando ainda, que tais manutenções não eram encargo das diretoras, logo, elas mereciam aplausos; que ele tinha feito ofício, para que o prefeito aumentasse a equipe de limpeza, e tinha feito ofício, pedindo um repasse direto às escolas, para que as diretoras pudessem executar pequenos reparos, porque ele tinha sido funcionário da educação e observava as dificuldades, pelas quais as diretoras passavam, e que, anteriormente, as diretoras faziam a manutenção, com dinheiro da APM e de festas e arrecadações, porque eram verdadeiras guerreiras, mereciam a nota mil, inclusive, ele proporia homenagem da Câmara, às diretoras de creches e EMEBs. Fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Salientou, que também prestava bastante atenção, ao trabalho, de todos os vereadores. Afirmou, que já tinha apresentado requerimento, solicitando a compra de geradores para o SAAE, tinha, inclusive, recebido resposta, a qual tinha lido, publicamente, em tribuna, porém, na data, tinha sido aprovado requerimento, de mesmo teor. Relativo à limpeza



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

das escolas, este assunto tinha sido objeto de seu primeiro requerimento, na Câmara, logo, alguém se distraíra. Frisou, que, na última quinta-feira, seu último dia, como Presidente da Câmara interino, ele tinha sido convidado, pelo prefeito, para uma reunião, e tinha sido, nessa ocasião, que o prefeito lhe expusera seu desejo de construir o hospital municipal público, ainda na atual gestão; que ele, orador, tinha respondido, ao prefeito, que Mogi Mirim estava, no olho do furacão, acreditava ele, que tinha sido precipitada a declaração, por parte do prefeito, ele dera sua opinião, temerosa, porque a prioridade era a Santa Casa; que ele tinha cobrado do prefeito a limpeza das lixeiras, principalmente, as da zona rural, e, na oportunidade, o prefeito ligara, imediatamente, ao Secretário José Paulo, para que este cobrasse a limpeza, da Construrban, pois era ofício, da terceirizada, e a notificasse, todavia, ele tinha verificado, e as lixeiras continuavam cheias de lixo, logo, ele avisava, ao prefeito, que o telefonema tinha sido, totalmente, em vão. Relativo à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, o Vereador Geraldo informou, que tinha recebido comunicado, avisando, que todos os exames agendados, para o dia seguinte, na Santa Casa, via SUS, estavam cancelados. Como não houvesse mais oradores inscritos, para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO**, pelo passamento dos senhores *Pastor João Carlos Mocelini, Nercy Cavalheiro Mariottoni, Vera Lucia Rodrigues De Paula, Nilton Guarnieri, Amabile Nazareth Barbosa Pilla, Maria Ighes Alves Zani, Jose Wilson Rodrigues, Etelvino Mello, Frei Antonio Alves Da Costa, Gerson Luiz Rossi* e ainda, aprovados requerimentos verbais para *Aparecida de Lima Ferrari*, irmã do Vereador Geraldo Vicente Bertanha, e para o senhor *Sinésio Zanetti*. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h44, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir,
devidamente assinada.

CMM